

Companhia Energética Chapecó S.A.

Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório do
auditor independente em 31 de dezembro de 2023

Ref.: Relatório nº 249US-010-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	6
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Energética Chapecó S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética Chapecó S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética Chapecó S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nºs 1 e 8 às demonstrações financeiras, que descrevem que durante o exercício de 2023 a energia gerada pela Companhia está substancialmente concentrada na venda para suas controladoras CSN Cimentos e CSN Energia com condições e prazos diferenciados em relação ao mercado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de outubro de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Élica Daniela da Silva Martins
Contadora CRC 1SP-223.766/O-0

Balancos patrimoniais
em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2023	31/12/2022	Passivo	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e aplicações financeiras	5	39.199	52.451	Fornecedores	11	841	1.994
Contas a receber de concessionárias	6	5.008	7.229	Salários, provisões e contribuições sociais		299	358
Despesas pagas antecipadamente		258	263	Imposto de renda e contribuição social	12	-	1.710
Impostos e contribuições a recuperar	7	2.986	1.427	Impostos e contribuições a pagar	12	891	714
Outros créditos		<u>164</u>	<u>1.051</u>	Dividendos a pagar	16.b	2.390	2.390
				Encargos setoriais		2.185	1.447
				Uso do bem público (UBP)	13	12.281	12.281
				Adiantamento de clientes	14	<u>12.493</u>	<u>-</u>
Total do ativo circulante		<u>47.615</u>	<u>62.421</u>	Total do passivo circulante		<u>31.380</u>	<u>20.894</u>
Depósitos Judiciais		5	5	Provisão para litígios	15	33	30
Impostos a recuperar	7	1.000	1.672	Uso do bem público (UBP)	13	80.936	77.296
Impostos diferidos	21	10.138	9.342	Adiantamento de clientes	14	<u>76.087</u>	<u>100.012</u>
Outros créditos		212	212	Total do passivo não circulante		<u>157.056</u>	<u>177.338</u>
Imobilizado	9	90.313	95.177	Patrimônio Líquido	16		
Intangível	10	<u>106.255</u>	<u>113.060</u>	Capital social	16.a	65.000	65.000
Total do ativo não circulante		<u>207.923</u>	<u>219.468</u>	Reservas de Lucros	16.b	<u>2.102</u>	<u>18.657</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>67.102</u>	<u>83.657</u>
Total do ativo		<u>255.538</u>	<u>281.889</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>255.538</u>	<u>281.889</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	17	30.608	58.739
Custos dos serviços de energia elétrica	18	<u>(25.233)</u>	<u>(21.289)</u>
Resultado bruto		<u>5.375</u>	<u>37.450</u>
Despesas operacionais	19	<u>(9.557)</u>	<u>(4.633)</u>
Resultado antes do resultado financeiro		<u>(4.182)</u>	<u>32.817</u>
Resultado financeiro	20		
Receitas financeiras		4.954	4.644
Despesas financeiras		<u>(18.124)</u>	<u>(24.075)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(13.170)</u>	<u>(19.431)</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(17.352)</u>	<u>13.386</u>
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	21	-	(1.759)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	21	<u>797</u>	<u>(1.565)</u>
Resultado do exercício		<u>(16.555)</u>	<u>10.062</u>
Quantidade de ações do capital social no fim do exercício		<u>65.000</u>	<u>65.000</u>
Resultado por ação atribuível aos acionistas da companhia durante o período – em R\$			
Lucro/ prejuízo básico por ação		<u>(0,25)</u>	<u>0,15</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado do período	(16.555)	10.062
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>(16.555)</u></u>	<u><u>10.062</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros				Total
	Capital Social	Legal	Retenção de Lucros	Lucros/Prejuízos acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	65.000	10.985	5.523	-	81.508
Resultado do exercício	-	-	-	10.062	10.062
Destinações:					-
Reserva de retenção de lucros	-	503	7.169	(7.672)	-
Dividendos adicionais distribuídos	-	-	(5.523)	(2.390)	(7.913)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	65.000	11.488	7.169	-	83.657
Resultado do exercício	-	-	-	(16.555)	(16.555)
Absorção de prejuízos com reservas de lucros	-	(9.386)	(7.169)	16.555	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	65.000	2.102	-	-	67.102

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	<u>(17.352)</u>	<u>13.386</u>
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	11.871	11.869
Atualização monetária	-	(363)
Juros e variação monetária com UBP	17.609	23.550
Provisão para litígios	4	(1.344)
Atualização de Selic de PeD	<u>83</u>	<u>-</u>
	<u>12.215</u>	<u>47.098</u>
Variações em :		
Contas a receber de concessionárias	2.221	(2.063)
Despesas pagas antecipadamente	5	-
Impostos e contribuições a recuperar	(1.694)	2.893
Outros créditos	887	(176)
Depósitos Judiciais	-	641
Fornecedores	(1.153)	1.200
Salários, provisões e contribuições sociais	(59)	17
Impostos e contribuições a pagar	177	(1.159)
Encargos setoriais	738	603
Uso do bem público (UBP)	(13.969)	(11.103)
Adiantamento de clientes	(11.432)	-
Partes Relacionadas	<u>-</u>	<u>(21)</u>
Caixa gerado pelas operações	<u>(12.064)</u>	<u>37.930</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	<u>(986)</u>	<u>(371)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>(13.050)</u>	<u>37.559</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	<u>(202)</u>	<u>(279)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(202)</u>	<u>(279)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de dividendos	-	(5.523)
Partes relacionadas	<u>-</u>	<u>10</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>-</u>	<u>(5.513)</u>
Aumento/Redução de caixa e aplicações financeiras no exercício	(13.252)	31.767
Caixa e aplicações financeiras no início do exercício	52.451	20.679
Caixa e aplicações financeiras no final do exercício	<u>39.199</u>	<u>52.451</u>
Aumento/Redução de caixa e aplicações financeiras no exercício	<u>(13.252)</u>	<u>31.772</u>
Transações que não envolveram caixa		
Integralização de capital por meio da utilização de reservas de lucros	<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativa às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia Energética Chapecó – CEC (Companhia), foi constituída em 08 de setembro de 2000, sob forma de sociedade anônima de capital privado, com sede no município de São Paulo – SP. A Companhia é uma concessionária de produção independente de energia elétrica e tem como objeto social a implantação e exploração do potencial hidráulico da Central Geradora Quebra Queixo (UHE Quebra Queixo), no rio Chapecó, localizado ente os municípios de Ipuçu e São Domingos, no estado de Santa Catarina, além de executar outras atividades correlatas ao seu objeto social.

Em 07 de outubro de 2022 a CSN Mineração S.A. em conjunto com a CSN Energia concluiu a aquisição de 100% das ações de emissão da Companhia Energética Chapecó – CEC negociadas com Astra Infraestrutura I Fundo de Investimento em Participação Multiestatégia e a BMPI Infra S.A. A Companhia Energética Chapecó – CEC é titular de outorga para exploração da Usina Hidrelétrica Quebra-Queixo, localizada no Rio Chapecó entre os municípios de Ipuçu e São Domingos no estado de Santa Catarina, o contrato de concessão foi assinado em dezembro de 2000 com duração de 35 anos e estendido até dezembro 2040, após as negociações de repactuação do GSF, ocorridas em outubro de 2021, a usina tem uma capacidade instalada de 120MW, aproximadamente.

Concessão

Em 11 de dezembro de 2000, a Companhia assinou Contrato de Concessão de Uso de Bem Público para Geração de Energia Elétrica nº 94/2000 com a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, com as seguintes especificações:

Usina Hidrelétrica	Estado	Modalidade	Outorga	Capacidade	Energia	Concessão	
				Instalada (MW)	assegurada (MWm)	Início	Término
Quebra Queixo	SC	Produtor Independente	Concessão	120	57,4	11/12/2000	31/10/2040

A concessão tem prazo de vigência de 35 anos contados a partir da data da assinatura do contrato de concessão pelo poder concedente, podendo ser prorrogado nas condições que forem estabelecidas pela ANEEL, e desde que a exploração do aproveitamento hidrelétrico esteja nas condições do contrato de concessão e na legislação do setor.

A primeira unidade geradora de produção entrou em operação comercial em 23 de dezembro de 2003. As outras duas unidades geradoras entraram respectivamente em 27 de dezembro de 2003 e 31 de dezembro de 2003.

Em 03 de maio de 2017, conforme Portaria N° 178 do Ministério de Minas e Energia, a Companhia teve sua garantia física revisada para 57,4 MW médios, válida a partir de 01 de janeiro de 2018.

Repactuação do risco hidrológico – GSF (*Generation Scaling Factor*)

Em 9 de setembro de 2020, foi publicada a Lei 14.052/2020, que alterou a Lei 13.203/2015, estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, firmado judicialmente desde 2015, para as usinas que comercializam energia no ACL. Por meio de consulta pública realizada pela ANEEL, em 1º de dezembro, foi aprovada a Resolução Normativa nº 895, que prevê a compensação dos efeitos decorrentes de (i) restrições ao fluxo de energia devido ao atraso na implantação das instalações de transmissão de energia elétrica destinado ao fluxo de energia das plantas estruturantes; (ii) diferença entre a garantia física concedida na fase de comissionamento e os valores efetivos de agregação de cada unidade geradora das grandes concessões hidrelétricas; (iii) geração térmica fora da ordem de mérito; e (iv) importação de energia elétrica. A regulamentação incorporou pleitos dos agentes de geração, como a aplicação da taxa de desconto no cálculo das extensões da outorga da concessão; o reconhecimento do direito das usinas em regime de cotas, enquadradas na Lei nº 12.783, de 2013; e a consideração dos impactos decorrentes da caducidade das concessões da Abengoa e da Isolux no escoamento da geração da UHE Belo Monte.

O valor apurado, decorrente da aplicação retroativa dos parâmetros definidos na referida lei, será ressarcido aos agentes de geração mediante extensão do prazo das outorgas vigentes, limitada a 7 (sete) anos, dispondo o gerador livremente da energia. Para tanto, é necessário que o agente titular da outorga vigente de geração que tenha interesse na repactuação desista de ação judicial cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, renuncie a qualquer alegação de direito sobre o qual se funda a ação ou, para agentes que não possuem litígio judicial, declarem renúncia a qualquer pretensão judicial de limitação percentual de riscos hidrológicos relacionados ao MRE e quite o saldo devedor de GSF.

Em 07 de outubro de 2021, a Administração da Companhia requereu junto a ANEEL a adesão à repactuação do GSF, nos termos da Lei 14.052/2020 e Resolução Normativa da ANEEL nº 895/2020. Os impactos financeiros foram os seguintes:

- i) Pagamento da cobrança de GSF em agosto de 2021 no montante de R\$ 101.321 (correspondente à estimativa de R\$ 85.010 divulgada como saldo em 31 de dezembro de 2020);
- ii) Recuperação de R\$ 44.630 de gasto com GSF e constituição de ativo intangível (Nota Explicativa nº 10) correspondente à extensão do prazo de concessão em 1.784 dias; e
- iii) Reconhecimento de R\$ 7.175 em Intangível e Concessão a pagar referente ao valor presente líquido de adicional de uso do bem público a ser pago durante o período de extensão do prazo de concessão decorrente da repactuação (Notas 10 e 13).

Venda de energia

O resultado de 2023, foi marcado por uma dinâmica de preços, visando majoritariamente o suprimento interno, que levou em consideração a continuidade das operações e investimentos necessários para as operações das usinas hidrelétricas. O mercado externo, foi devidamente impactado ao cenário energético marcado pela alta disponibilidade de recursos hídricos, trazendo o preço para baixo. Com isso, o volume de energia negociado em 2023 gerou uma Receita Líquida de R\$ 30,6 milhões, o que representa uma redução 48% em relação ao ano anterior.

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido positivo de R\$ 16.235 (R\$ 41.527 em 31 de dezembro de 2022). Em 2023, a Companhia obteve prejuízo líquido de (R\$ 9.796) (Lucro líquido R\$ 10.062, em 2022) e apresentou fluxo de caixa negativo gerado pelas atividades operacionais de (R\$ 12.064) (caixa positivo R\$ 37.935, em 2022). Diante desse cenário, a Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2 Base de preparação

2.1 Declaração e conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas de legislação específica estabelecida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através de resoluções e do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não correntes como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

A aplicação da ICPC 01 – Contratos de concessão para a indústria de geração de energia está ligada ao marco regulatório em que o contrato de concessão foi assinado. Basicamente, para os contratos de concessão assinados antes de 2003, não se aplica a ICPC 01. Tal entendimento vem do não atendimento da condição de aplicação da ICPC 01, em que a concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço.

Os contratos de concessão assinados antes de 2003 eram Contratos de Uso do Bem Público (UBP). O regime de exploração era para produção independente de energia (PIE), onde os processos de leilão eram realizados através da oferta do maior valor pela UBP (concessão onerosa).

Para os contratos de concessão não enquadrados na ICPC 01, a infraestrutura continua reconhecida no Ativo Imobilizado.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 08 de outubro de 2024.

2.2 Base de mensuração

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC e aprovadas pelo CFC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023. As práticas contábeis, descritas na Nota Explicativa 3, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real, e essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas adiante de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

b) Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma companhia e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra companhia.

i) Ativos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo

de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

b) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A mensuração de ativos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito a seguir:

c) *Classificação e mensuração*

A Companhia pode classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo através do resultado (VJR); (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao custo amortizado.

A Administração determina a classificação de seu ativo financeiro no reconhecimento inicial, dependendo do modelo de negócio e da finalidade para a qual o ativo financeiro foi adquirido.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Os instrumentos de dívida da Companhia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes compreendem investimentos em instrumentos de dívida cotados incluídos em outros ativos financeiros não circulantes.

Custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Nestas demonstrações financeiras, a Companhia possui instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes) e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos (perdas). As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

ii) Passivos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, saldos bancários a descoberto e instrumentos financeiros derivativos.

b) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito a seguir:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

iv) Valor justo e perda por impairment

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Não foram identificadas evidências de *impairment*.

v) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia não tem contrato ou operou com instrumentos derivativos, assim como não efetuou transações com esses instrumentos durante o exercício. Também, não adota a contabilidade de *hedge (hedge accounting)*.

c) Programas de Pesquisa e Desenvolvimento

São programas de investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento para os quais as concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a destinar 1% de sua Receita Operacional Líquida, conforme Lei 9.991/2000 e regulamentação de Resoluções ANEEL. Desse montante 40% são destinados aos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, 40% devem ser recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), e 20% ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Mensalmente é feita a provisão contábil pelo regime de competência e os saldos não aplicados são corrigidos pela taxa Selic. Os valores a serem aplicados são registrados em conta do Passivo e os valores desembolsados ao longo do desenvolvimento dos projetos são contabilizados no Ativo. Os valores destinados ao FNDCT e ao MME são recolhidos mensalmente.

d) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

e) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Uso do Bem Público (UBP) – Direito de exploração da concessão

Refere-se ao direito de exploração do uso do bem público, registrado conforme os valores da correspondente obrigação prevista no contrato de concessão. A Companhia utilizou seu custo médio ponderado de capital (WACC) como ponto de partida para determinar as taxas de desconto (12,81% a.a.), atualizado a valor presente.

O ativo intangível UBP é amortizado de forma linear ao longo da vida útil econômica da concessão.

Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico.

Ativo diferido – gastos pré-operacionais

Os gastos incorridos no período pré-operacional da companhia até o ano de 2003 foram capitalizados no ativo imobilizado diferido, conforme política vigente à época, sendo definido, após início de operação, o prazo remanescente do contrato de concessão para sua amortização. Após a alteração do normativo contábil a partir da adoção da Lei 11.941/2009, que delimitou a alocação de gastos pré-operacionais no resultado, quando incorridos, a Companhia optou por manter o saldo existente em 31 de dezembro de 2008 no ativo diferido que, pela sua natureza, não pode ser alocado a outro grupo de contas, permanecendo no ativo sob essa classificação até sua completa amortização, e estando sujeito à análise do seu valor recuperável.

f) Imobilizado

Os itens do imobilizado são registrados ao custo histórico de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, como também os custos de financiamento obtidos de terceiros relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos itens do ativo imobilizado ocorre pelo método linear, a taxas variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil-econômica estimada de cada componente. Os ativos estão sendo depreciados por essas taxas, desde que a vida útil estimada dos bens não ultrapasse o prazo da autorização, quando, então, são depreciados por este prazo. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As taxas de depreciação estão de acordo com a Resolução Normativa nº 674/15 emitida pela ANEEL a partir de 01 de janeiro de 2016, que altera as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09.

Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos ao líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

g) Testes de recuperabilidade de ativos (teste de impairment)

Os ativos não circulantes são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

A Administração avaliou e concluiu que não há indicativos de *impairment*.

h) Fornecedores

Fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, dados os prazos de pagamentos, são registrados pelo valor da transação, que representa o valor justo na data.

i) Provisões

As provisões são registradas quando: (a) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões existentes no balanço compreendem as provisões trabalhistas. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

A Companhia não possui obrigações de aposentadoria ou outras obrigações pós-emprego, ou ainda remunerações baseadas em ações.

a) Provisões para contingências

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: i) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os valores envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos avaliados como perda remota não são provisionados nem divulgados e ii) Obrigações legais são registradas como exigíveis independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, e de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

j) Imposto de renda e contribuição social**Imposto de renda e contribuição social – correntes**

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado o lucro tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidas no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

A Companhia apura o imposto de renda e contribuição social pelo regime de lucro real. As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social são de 25% e 9%, respectivamente.

Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal).

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Benefícios fiscais adquiridos como parte de uma combinação de negócios, mas que não cumprem os critérios para reconhecimento em separado naquela data, são reconhecidos subsequentemente em caso de novas informações sobre fatos e mudanças nas circunstâncias. O ajuste é tratado como redução no ágio (contanto que não exceda o ágio) se incorrido durante o período de mensuração ou reconhecido no resultado.

A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, a entidade possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia se, e somente se, a entidade tiver o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto é reconhecido no patrimônio líquido.

k) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias.

l) Capital social

As ações ordinárias são classificadas como instrumentos financeiros de patrimônio, portanto são apresentadas no patrimônio líquido.

m) Apuração do resultado

Receitas

A receita compreende o valor pela venda de energia elétrica. A receita pela venda de energia é reconhecida de acordo com o CPC 47 Receita de Contratos com Clientes, o qual estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita:

1. Identificar o contrato com o cliente;
2. Identificar as obrigações de desempenho no contrato;
3. Determinar o preço das transações;
4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; e
5. Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho.

Todos os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Companhia entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente.

A receita de comercialização de energia ocorre quando há venda de energia acima da garantia física da usina, ela é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

Custos de serviços

Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita.

O custo do serviço de energia elétrica refere-se basicamente a compra de energia quando a geração não for suficiente para suprir o contrato de venda de energia, gastos com manutenção e operação dos equipamentos de geração e instalações elétricas, mão de obra e prestações de serviços na operação, depreciação de ativos, e encargos de transmissão.

n) Destinação do resultado – dividendos

Conforme o estatuto social da Companhia no mínimo 25% do lucro contábil anual deverá ser distribuído a título de dividendos, e está reconhecido o saldo disponível no passivo circulante. O saldo a distribuir está contabilizado no Patrimônio Líquido em conta de Reserva de Lucros a Realizar e será distribuído após a aprovação das demonstrações financeiras pelos acionistas. No ano de 2020, conforme também permitido pelo estatuto social da Companhia, foi aprovado pelos acionistas e executado pela administração a distribuição de dividendos intercalares, quando resultado existente, ao longo do ano.

o) Compromissos

Concessão a pagar – Uso do bem público (UBP)

Conforme estabelecido no contrato de concessão, a Companhia recolherá à União Federal, pelo uso do bem público (UBP), a partir do sexto ano até o trigésimo quinto ano de concessão, e, após a extensão de prazo de concessão (Nota Explicativa nº 1.1), também durante esse período de extensão, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual contratual de R\$ 2.050, correspondentes a R\$ 11.103 em 2022 e R\$ 10.247 em 2021, enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico, com valores corrigidos pela oscilação anual do Índice Geral de Preços – Mercado – IGP-M. Esses pagamentos são feitos em parcelas mensais. Os valores futuros do compromisso de pagamento da UBP são computados no passivo circulante e não circulante, ajustados a valor presente, perfazendo um total de R\$ 86.458 (R\$ 89.577 em 31 de dezembro de 2022), conforme Nota Explicativa nº 13.

p) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

- Alterações ao CPC 26 (R1) – Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante e – Passivo Não Circulante com Covenants.

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* futuros. As alterações se aplicam se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

- Alterações ao CPC 03 e CPC 40 – Acordos de Financiamento de Fornecedores (risco sacado).

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (Risco Sacado) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

- Alterações ao CPC 06 (R2) – Passivo de arrendamento em uma transação de “*Sale and Leaseback*”.

As alterações afetam a forma como um vendedor-arrendatário contabiliza os pagamentos variáveis de arrendamento que surgem em uma transação de “*sale and leaseback*”. As alterações introduzem um novo modelo de contabilidade para pagamentos variáveis e exigirão que o vendedor-arrendatário reavalie e, potencialmente, rerepresente as transações de “*sale and leaseback*” realizadas desde 2019. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

- Alterações ao CPC 02 – Ausência de conversibilidade

As alterações propõem que as empresas usem uma taxa de câmbio com base em sua melhor estimativa, em vez de usar uma taxa oficial inacessível, devendo essa estimativa refletir a taxa à vista na qual uma transação de câmbio ordenada ocorreria na data de mensuração entre os participantes do mercado sob as condições econômicas vigentes. As alterações não contêm requisitos específicos para a estimativa de uma taxa à vista. Sendo sua aplicabilidade para períodos anuais com início ou após 1º de janeiro de 2025.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais premissas e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras apresentadas nas notas explicativas são:

- (a) Vida útil dos bens do imobilizado (Nota Explicativa nº 9) e prazo de amortização do ativo intangível (Nota Explicativa nº 10);
- (b) Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*) (Nota Explicativa nº 2.9);
- (c) Provisão GSF (Nota Explicativa nº 1.1); e
- (d) Provisões de contingências (Nota Explicativa nº 15).

5 Caixa e aplicações financeiras

	31/12/2023	31/12/2022
Contas Bancárias à Vista	13.298	411
Aplicações Financeiras	<u>25.901</u>	<u>52.040</u>
	<u>39.199</u>	<u>52.451</u>

(*) As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a CDB renda fixa, remuneradas à taxa média de 99,71% e 97% da variação do CDI, respectivamente nos anos 2023 e 2022.

6 Contas a receber de Concessionárias

	31/12/2023	31/12/2022
Partes Relacionadas (Nota Explicativa 8)	2.793	929
Consumidores e concessionárias	<u>2.215</u>	<u>6.300</u>
	<u>5.008</u>	<u>7.229</u>

O saldo de contas a receber de clientes da Companhia não apresenta atrasos e não possui histórico de inadimplência. Dessa forma, não há títulos provisionados para perdas de crédito esperadas em 31 de dezembro de 2023 de acordo com as políticas da Companhia.

7 Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar são compostos conforme a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de Renda Retido na Fonte	1.126	-
Imposto de Renda Estimativa	427	335
Imposto de Renda Saldo Negativo	1.000	1.672
Contribuição Social Estimativa	1.198	1.092
PIS	42	-
Cofins	193	-
	<u>3.986</u>	<u>3.099</u>
Circulante	2.986	1.427
Não circulante	1.000	1.672
	<u>3.986</u>	<u>3.099</u>

8 Partes relacionadas

	<u>Ativo</u>		<u>Resultado</u>	
	<u>Contas a receber de Concessionárias</u>		<u>Venda de energia</u>	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
CSN Mineração	2.793	-	42.742	-
CSN Energia	<u>-</u>	<u>929</u>	<u>446</u>	<u>929</u>
Total	<u>2.793</u>	<u>929</u>	<u>43.188</u>	<u>929</u>

Sobre todas as transações entre partes relacionadas não há a incidência de encargos financeiros. Nenhuma das transações entre partes relacionadas está vencida ou possui expectativa de perda.

9 Imobilizado

	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Imobilizado em curso	Total
Em 31 de dezembro de 2021	12.228	34.829	3.069	49.735	101	-	99.962
Adições	-	-	-	269	10	-	279
Baixas	-	-	-	(1)	-	-	(1)
Depreciação	-	(1.403)	(181)	(3.471)	(8)	-	(5.063)
Em 31 de dezembro de 2022	12.228	33.426	2.888	46.532	103	-	95.177
Adições	-	-	-	-	-	202	202
Depreciação	-	(1.402)	(180)	(3.475)	(9)	-	(5.066)
Em 31 de dezembro de 2023	12.228	32.024	2.708	43.057	94	202	90.313
Taxa de depreciação - % a.a.	-	2,08	3,78	3,27	3,59		
Em 31 de dezembro de 2023							
Custo	12.228	67.180	5.865	108.193	233	202	193.901
Depreciação acumulada	-	(35.156)	(3.157)	(65.136)	(139)	-	(103.588)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2023	12.228	32.024	2.708	43.057	94	202	90.313

10 Intangível

	Uso do Bem Público	Direito de extensão de concessão REH 2932/21 (*)	Licenças de Uso de Softwares e Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>64.366</u>	<u>44.045</u>	<u>11.453</u>	<u>119.864</u>
Amortização	<u>(3.417)</u>	<u>(2.339)</u>	<u>(1.048)</u>	<u>(6.804)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>60.949</u>	<u>41.706</u>	<u>10.405</u>	<u>113.060</u>
Amortização	<u>(3.417)</u>	<u>(2.339)</u>	<u>(1.049)</u>	<u>(6.805)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>57.532</u>	<u>39.367</u>	<u>9.356</u>	<u>106.255</u>

11 Fornecedores

O saldo a pagar a fornecedores representa substancialmente a valores a pagar por compra de energia e materiais e serviços para manutenção da usina.

	31/12/2023	31/12/2022
Materiais e Serviços	<u>841</u>	<u>1.994</u>
	<u>841</u>	<u>1.994</u>

12 Impostos e contribuições a recolher

12.1 Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	-	523
Contribuição Social	-	264
Parcelamento - IRPJ/CSLL*	<u>-</u>	<u>923</u>
	<u>-</u>	<u>1.710</u>

(*) Em 08/2018, a empresa entrou com pedido de parcelamento de IRPJ e CSLL, processado e homologado pela RFB-Receita Federal do Brasil em 04/09/2018, que prevê 60 parcelas no valor de R\$ 125 de principal mais juros e multa, com vencimento final em 07/2023.

12.2 Impostos a recolher

	31/12/2023	31/12/2022
PIS	82	94
COFINS	381	439
Tributos Federais Retidos na Fonte	35	18
Tributos Estaduais Retidos na Fonte	387	161
Tributos Municipais Retidos na Fonte	6	2
	<u>891</u>	<u>714</u>

13 UBP – Uso do Bem Público

O saldo de R\$ 12.281 no passivo circulante e de R\$ 74.177 no passivo não circulante (R\$ 12.281 e R\$ 77.296, respectivamente, em 31 de dezembro de 2022) refere-se à obrigação contratual de recolher à União o uso do bem público – UBP. O valor do pagamento é atualizado anualmente pelo IGP-M, o montante total da obrigação é registrado pelo valor presente total do UBP até o final do contrato de concessão descontado à taxa de 12,81% a.a. Buscando refletir adequadamente a contraprestação pecuniária da concessão e a respectiva obrigação perante a União, os valores da concessão foram registrados no ativo intangível (Nota Explicativa nº 10), em contrapartida do passivo.

A atualização financeira e o ajuste a valor presente foram registrados no resultado financeiro nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Em 2021, com a adesão da Companhia à repactuação do GSF (Nota Explicativa nº 1.1), foram adicionados R\$ 7.175 à provisão, em contrapartida ao intangível (Nota Explicativa nº 10), referente ao valor presente líquido do encargo do uso do bem público que deverá ser pago durante o período de extensão da concessão:

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Uso do Bem Público	12.281	12.281
Não circulante		
Uso do Bem Público	<u>80.936</u>	<u>77.296</u>
	<u>93.217</u>	<u>89.577</u>
Movimentação	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do período	<u>89.577</u>	<u>77.125</u>
Encargos	17.609	23.550
Amortização	<u>(13.969)</u>	<u>(11.098)</u>
Saldo no final do período	<u>93.217</u>	<u>89.577</u>

14 Adiantamento de clientes

O adiantamento de clientes de R\$ 88.580 refere-se a adiantamento recebido por contrato de venda de energia de longo prazo para fornecimento de energia entre os períodos de janeiro de 2024 a 2030, conforme a seguir:

2024	2025	2026	Após 2027
12.493	12.493	12.493	51.101

O contrato foi firmado com a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. em 01 de maio de 2021 e possui vigência até 31/12/2030. O montante total adiantado foi de R\$ 100.012 que corresponde a 14,60 MW médios a preço fixo de R\$ 97,68 reais.

15 Provisões para litígios

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista decorrentes do curso normal de suas atividades. A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço, e demonstradas a seguir, são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas:

	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	<u>33</u>	<u>30</u>
	<u>33</u>	<u>30</u>

Adicionalmente, a Companhia é parte em processos nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa e, por este motivo, nenhuma provisão foi constituída.

	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	-	44
Tributário	<u>259</u>	<u>288</u>
	<u>259</u>	<u>332</u>

16 Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$ 65.000, dividido em 65.000.000 (sessenta e cinco milhões) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

	31/12/2023	31/12/2022
CSN Mineração S.A	64.999.999	64.999.999
CSN Energia S.A	1	1
	<hr/>	<hr/>
Total Ações Ordinárias	<u>65.000.000</u>	<u>65.000.000</u>

b) Destinação do resultado e composição de reservas

Dos lucros líquidos apurados no balanço anual, serão deduzidos: (i) 5% antes de qualquer destinação para a constituição da reserva legal até o limite de 20% do capital social; (ii) importância para o pagamento do dividendo obrigatório de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei no 6.404/76. Para os anos de 2022 e 2021 foram aprovados e realizados dividendos intermediários no decorrer do ano. Os lucros remanescentes terão a destinação que for aprovada pela Assembleia Geral dos acionistas, de acordo com proposta formulada pela diretoria.

<u>Geração de dividendos a pagar, reserva legal e reserva de lucros</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Prejuízo/lucro líquido do exercício	<u>(9.796)</u>	<u>10.062</u>
(-) Reserva legal	-	(503)
Lucro a distribuir	<u>-</u>	<u>9.559</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	-	2.390
Reserva de lucros a distribuir - patrimônio líquido	-	7.169
	<hr/>	<hr/>
<u>Saldos de dividendos a pagar</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo inicial	<u>2.390</u>	-
(+) Destinação de reservas de lucros para dividendos a pagar	-	5.523
(+) Dividendos mínimos obrigatórios	-	2.390
(-) Pagamentos de dividendos	-	(5.523)
Saldo final	<u>2.390</u>	<u>2.390</u>
	<hr/>	<hr/>
<u>Saldos de reservas de lucros</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo inicial	<u>18.657</u>	<u>16.508</u>
(+) Constituição de reservas	-	7.672

Geração de dividendos a pagar, reserva legal e reserva de lucros	2023	2022
(-) Absorção prejuízo do exercício	(16.555)	-
(-) Dividendos a pagar	-	(5.523)
Saldo final	2.102	18.657

17 Receita líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta		
Receita de Operações com Energia Elétrica	45.695	70.624
Total receita bruta	45.695	70.624
Deduções		
(-) PIS	(666)	(1.194)
(-) COFINS	(3.070)	(5.543)
(-) ICMS	(6.335)	(160)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(411)	(597)
Taxa de Fiscalização	(489)	(409)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hidricos	(4.116)	(3.982)
Total deduções	(15.087)	(11.885)
Total receita líquida	30.608	58.739

A energia produzida pela Companhia é vendida integralmente para seus acionistas, considerando que a CSN assumiu o controle da CEC em 2023, é possível notar grande redução na receita que se deve a mudança nos preços praticados.

18 Custo dos serviços de energia elétrica

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(1.961)	(2.106)
Administradores	-	(111)
Custo energia comprada	(73)	-
Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição	(6.122)	(5.911)
Materiais	(634)	(500)
Serviços de Terceiros	(4.995)	(946)
Arrendamentos e Aluguéis	(95)	(4)
Seguros	(388)	(424)
Tributos	(39)	(15)
Depreciação	(5.066)	(5.063)
Amortização	(5.756)	(5.756)
Gastos Diversos	(104)	(453)
	<u>(25.233)</u>	<u>(21.289)</u>

Despesas administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(5)	(2.354)
Materiais	-	(4)
Serviços de Terceiros	-	(951)
Amortização	(1.049)	(1.049)
Tributos	(2)	(12)
Operações Santander	(8.536)	-
Gastos Diversos	35	(263)
	<u>(9.557)</u>	<u>(4.633)</u>

19 Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Receita com Aplicações Financeiras	4.954	4.281
Outras Receitas Financeiras	-	363
Total receitas financeiras	<u>4.954</u>	<u>4.644</u>
Despesas financeiras		
Encargos sobre Uso do Bem Público - UBP	(17.609)	(23.550)
Multa e juros	(431)	(468)
Atualização Selic P&D	(83)	(52)
Outras Despesas Financeiras	(1)	(5)
Total despesas financeiras	<u>(18.124)</u>	<u>(24.075)</u>
	<u>(13.170)</u>	<u>(19.431)</u>

20 Imposto de renda e contribuição social

O saldo é composto por diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e considera a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

Natureza dos Cálculos	Ativo Não Circulante			Passivo Não Circulante		
	Base de Cálculo	31/12/2023	31/12/2022	Base de Cálculo	31/12/2023	31/12/2022
Diferenças Temporárias						
Prejuízo fiscal	88.029	29.930	29.930	-	-	-
Direito de extensão de concessão	-	-	-	39.368	13.384	14.180
Ajuste a valor presente	-	-	-	18.846	6.408	6.408
Total Diferenças Temporárias	88.029	29.930	29.930	58.214	19.792	20.588
Total bruto	<u>88.029</u>	<u>29.930</u>	<u>29.930</u>	<u>58.214</u>	<u>19.792</u>	<u>20.588</u>
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	-	(19.792)	(20.588)	-	(19.792)	(20.588)
Total	<u>88.029</u>	<u>10.138</u>	<u>9.342</u>	<u>58.214</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(17.352)	13.386
Alíquota nominal (IR de 25% e CS de 9%)	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social a alíquotas nominais	<u>(5.900)</u>	<u>4.551</u>
Efeito dos impostos sobre:		
Provisões de participação nos resultados e gratificações		38
Despesas indedutíveis	170	797
(-) Reversão dos saldos das provisões não dedutíveis	-	(479)
Atualização a valor presente - UBP	4.637	(2.359)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	<u>1.890</u>	<u>776</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>797</u>	<u>3.324</u>
Corrente	-	(1.759)
Diferido	<u>797</u>	<u>(1.565)</u>
Alíquota efetiva	-	25%

21 Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e os impactos.

21.1 Fatores de risco

21.1.1 Risco de mercado

(i) *Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros*

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Para mitigar esse risco, as aplicações financeiras contratadas são valorizadas com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e os contratos de debêntures são de longo prazo contratados com instituições financeiras, com encargos calculados de acordo com as condições usuais praticadas.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

Instrumentos de taxa variável	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras (nota 5)	25.901	52.040
Uso do Bem Público (UBP) (nota 13)	(93.217)	(89.577)
Adiantamento de clientes (nota 14)	(88.580)	(100.012)

(ii) Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40 (R1), preparou uma análise de sensibilidade sobre aplicações financeiras, debêntures e Uso do Bem Público (UBP) sujeitos a riscos de variação nas taxas de juros.

O cenário-base provável para 31 de dezembro de 2024 foi definido através de premissas disponíveis no mercado (relatório FOCUS BACEN de 29 de dezembro de 2023) e o cálculo da sensibilidade foi feito considerando a variação entre as taxas e os índices do cenário previstos para 31 de dezembro de 2024. A análise de sensibilidade considerou ainda uma variação de 25% e 50% sobre os índices flutuantes considerada no cenário provável para 31 de dezembro de 2024.

	Exposição R\$	Risco	%	Provável	Possível (+/- 25%)	Remoto (+/- 50%)
Aplicações financeiras (nota 5)	25.901	Baixa CDI	9,00%	2.331	1.748	1.166
Uso do Bem Público (UBP) (nota 13)	(93.217)	Alta IGPM	4,07%	(3.794)	(4.742)	(5.691)
Adiantamento de clientes (nota 14)	(88.580)	Alta IGPM	4,07%	(3.605)	(4.507)	(5.408)

A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos de taxa de juros relacionadas ao instrumento financeiro (Programa de pesquisa e desenvolvimento tecnológico – P&D atualizados pela SELIC) portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

(iii) Risco de preço no fornecimento de energia

A Companhia está exposta aos efeitos de oscilação de preços no fornecimento de energia em função de variáveis de mercado, tais como níveis de águas nos reservatórios, demanda por geração de termelétricas, sazonalização, dentre outros. Com isso, a Companhia pode recorrer ao mercado de energia de curto prazo para suprir as necessidades.

21.1.2 Risco de crédito

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 6, a Companhia não espera perdas sobre os recebíveis mantidos com partes relacionadas. Em relação às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras consideradas de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das Demonstrações financeiras foi:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	39.199	52.451
Contas a receber de concessionárias (nota 6)	<u>5.008</u>	<u>7.229</u>
	<u>44.207</u>	<u>59.680</u>

A Companhia não possui risco de crédito por região geográfica, pois todos os seus clientes estão localizados no Brasil. Também não possui risco de crédito por tipo de contraparte, pois os principais clientes são acionistas e suas atividades são reguladas. As aplicações financeiras são efetivadas apenas em bancos considerados de baixo risco.

21.1.3 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais dos principais passivos financeiros:

Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores (nota 11)	841	841	-	-	-	-
Uso do Bem Público (UBP) (nota 13)	93.217	6.141	6.141	24.562	36.843	19.531
Adiantamento de clientes (nota 14)	<u>88.580</u>	<u>6.247</u>	<u>6.247</u>	<u>24.986</u>	<u>37.479</u>	<u>13.622</u>
	<u>182.638</u>	<u>13.228</u>	<u>12.387</u>	<u>49.548</u>	<u>74.322</u>	<u>33.153</u>

21.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total.

22 Instrumentos financeiros por categoria

22.1 Classificação contábil e valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Valor Contábil	Valor Justo	Hierarquia	Valor Contábil	Valor Justo	Hierarquia
Ativos financeiros mensurados a valor justo							
Valor justo por meio do resultado:							
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	5	25.901	25.901	Nível 2	52.040	52.040	Nível 2
		<u>25.901</u>	<u>25.901</u>		<u>52.040</u>	<u>52.040</u>	
Custo amortizado							
Caixa e equivalentes de caixa - Depósitos a vista	5	13298	13298		411	411	
Contas a receber de Concessionárias	6	5.008	5.008		7.229	7.229	
		<u>18.306</u>	<u>18.306</u>		<u>7.640</u>	<u>7.640</u>	
Passivos financeiros mensurados a valor justo							
Custo amortizado							
Outros Passivos Financeiros							
Fornecedores	11	841	841		1.994	1.994	
Uso do bem público – UBP	13	93.217	93.217		89.577	89.577	
Adiantamento de clientes	14	88.580	88.580		100.012	100.012	
Dividendos	16.b	2.390	2.390		2.390	2.390	
		<u>185.028</u>	<u>185.028</u>		<u>193.973</u>	<u>193.973</u>	

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das Demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

23 Seguros

A Companhia adota a política de contratar apólices para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Nas contratações de seguros a Companhia é auxiliada por corretores que possuem expertise do mercado e lhes dá um parâmetro de *benchmarking* para o desenho das apólices.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava as seguintes principais coberturas em apólices de seguro contratadas com terceiros com vigência até o dia 09/02/2024:

Itens/bens segurados	Riscos cobertos	Montante de cobertura
Ativo imobilizado	Riscos operacionais - danos materiais, quebra de máquinas/ danos elétricos, e outros	100.000
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil geral - operações amplas	10.000

* * *